

Política

PROJETO POPULAR

Movimentos se unem para reformar sistema eleitoral

Inspiração na Lei da Ficha Limpa, mobilização propõe mais rigor na fiscalização de candidatos e partidos

JULIANA BUBLITZ

As mesmas entidades que tornaram possível a Lei da Ficha Limpa agora buscam 1,5 milhão de assinaturas para mudar o sistema eleitoral brasileiro.

Batizado de Eleições Limpas, o projeto liderado pelo Conselho Federal da OAB e pelo Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) foi discutido em audiência pública na Capital.

O evento ocorreu ontem, na sede da OAB, e reuniu representantes de várias áreas. Para que a ideia chegue ao Congresso como proposta de iniciativa popular, precisa obter o apoio formal de 1% dos eleitores do país.

Um dos principais objetivos é proibir doações de pessoas jurídicas para campanhas, hoje custeadas com verbas públicas e privadas. Só nas eleições de 2012, os gastos ultrapassaram R\$ 3,5 bilhões. Foram mais de 900 mil doadores, a maioria grandes empresas. O sistema é visto como fonte de corrupção por estimular troca de favores.

Para mudar essa realidade, o Eleições Limpas trabalha com o conceito de "financiamento democrático". Em resumo, o aporte de recursos se daria por meio de um fundo público específico e de doações de cidadãos comuns, limitadas a R\$ 700 por pessoa. Além disso, a fiscalização seria mais rigorosa, com o controle de entidades e organizações da sociedade civil.

— A quebra de igualdade nas eleições pelo poder econômico não é mais possível — destaca o presidente da OAB-RS, Marcelo Bertolucci.

Meta é reunir assinaturas que faltam até o fim do ano

O movimento recebeu elogios de autoridades, como a presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), Elaine Macedo, e o procurador regional eleitoral, Fábio Bento Alves.

— O projeto veda a doação de pessoas jurídicas, o que nos parece fundamental. Precisamos reduzir essa interferência. A iniciativa não poderia vir em melhor hora — destacou Alves.

Com 150 mil assinaturas já coletadas em favor da causa, a diretora do MCCE, Jovita Rosa, acredita que será possível atingir a meta até fim do ano: — Estamos correndo contra o tempo. No caso do Ficha Limpa, foi preciso um ano e meio de trabalho. Mas nós queremos que as novas regras comecem a valer já nas próximas eleições.



Iniciativa conjunta foi apresentada e debatida com representantes de vários setores na sede da OAB

OS PRINCIPAIS PONTOS

Conheça mais detalhes da proposta para alterar o modelo vigente

ELEIÇÕES PROPORCIONAIS FEITAS EM DOIS TURNOS

- No primeiro, vota-se nos partidos ou coligações, que terão de apresentar uma lista de candidatos preordenada, definida em eleições primárias. No segundo, vota-se nos candidatos.

PERDA DE MANDATO POR MUDAR DE PARTIDO

- Perde o mandato aquele que se desfilia do partido pelo qual foi eleito.

CAMPANHAS SEM DOAÇÃO DE EMPRESAS

- As empresas não podem mais fazer doações para campanhas políticas.
- O financiamento será por doações de pessoas físicas (até R\$ 700) e pelo Fundo Democrático de Campanhas, gerido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e constituído de recursos do orçamento da União, multas administrativas e penalidades eleitorais.

- O fundo será fiscalizado por um fórum de controle social, formado pela Justiça Eleitoral, com representantes dos partidos, do Ministério Público Eleitoral, da OAB e das entidades e organizações da sociedade civil.

- Doações individuais só podem ser feitas pelo site do TSE, com divulgação do ato em tempo real.

NOVO FORMATO PARA FINANCIAR OS PARTIDOS

- O financiamento dos partidos se dará pelo Fundo Partidário e por doações individuais mensais de até R\$ 700. Ficou proibida a doação de empresas.

MAIS CONTROLE DOS GASTOS ELEITORAIS

- A Justiça Eleitoral abrirá, junto a uma instituição financeira federal oficial, uma conta específica para os partidos ou coligações registrarem todo o movimento financeiro da campanha.
- Os partidos só podem movimentar os recursos mediante cartão de débito, transferência bancária ou, nas cidades com menos de 20 mil eleitores, cheque nominal vinculado à conta bancária.

- O uso de recursos para pagamentos de gastos que não provenham dessa conta implicará desaprovção da prestação de contas do partido ou candidato.

MAIS LIBERDADE DE EXPRESSÃO AO ELEITOR

- A manifestação da opinião e da crítica política por parte dos eleitores será livre, e não será submetida a qualquer censura.
- Se uma declaração é baseada em fatos verídicos, isso eximirá o autor de responsabilidade. Caberá ao candidato que se sentir ofendido comprovar a falsidade das declarações sobre fatos de interesse público que ele considerar difamatórios.

MARCELO BERTOLUCCI

Presidente da OAB-RS

O que está em discussão na Câmara é um triste projeto de minirreforma. É um retrocesso. Temos a convicção de que o Congresso vai ter a lucidez de levar adiante a nossa proposta, que nasce da vontade popular.

SAIBA MAIS

O QUE É?

- O Eleições Limpas é uma proposta de reforma política de iniciativa popular que tem por objetivo alterar o atual sistema eleitoral do país e o seu financiamento, por meio de uma nova lei.

- Está sendo encampado pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e pelo Movimento de Combate à Corrupção (MCCE).

COMO PODE AVANÇAR?

- Para ser apresentado à Câmara e ao Senado e possa virar lei, o projeto precisa reunir pelo menos 1,5 milhão de assinaturas (1% do eleitorado).

COMO PARTICIPAR?

- Pelo site www.eleicoeslimpas.org.br é possível acessar o projeto na íntegra e assinar eletronicamente a proposta.

Detalhe ZH

Ficha Limpa teve aval de 1,3 milhão

O Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) foi o mesmo que, em abril de 2008, lançou a campanha que resultou na Lei da Ficha Limpa.

O anteprojeto foi entregue ao Congresso em setembro de 2009, com 1,3 milhão de assinaturas. Câmara e Senado aprovaram a proposta em maio de 2010. A lei foi sancionada pelo presidente Lula em 4 de junho daquele ano.

LABORATÓRIO FANTASMA

Reativação do Lafergs é prioridade, diz Simoni

CLEIDI PEREIRA

A reabertura do Laboratório Farmacêutico do Estado (Lafergs), que está inativo há quase nove anos e já consumiu R\$ 28 milhões, é prioridade do governo Tarso, garantiu o secretário de Saúde, Ciro Simoni.

Ontem, ZH expôs o histórico de descalço com a estrutura, cujas obras de modernização e ampliação, iniciadas em 2004, atrasaram seis anos e custaram o dobro do previsto.

Conforme Simoni, a decisão de não leiloar o patrimônio foi tomada em 2011. Otimista com as estratégias para reativação, que envolvem parcerias com o setor privado, o secretário disse que a retomada da fabricação deve ocorrer em 2014, com a produção de protetor solar. O objetivo será atender a uma lei estadual que prevê a distribuição do cosmético a produtores rurais.

— Hoje, temos um laboratório em condições de funcionar. Só precisamos dos registros da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e de pessoal — afirmou Simoni.

Nos próximos meses, o Estado deve firmar parceria com o laboratório Multilab, de São Jerônimo, adquirido em 2012 pelo grupo Takeda, um dos maiores do ramo. Assim, poderia produzir 15 medicamentos, cujos registros seriam "emprestados" ao Estado.

Em abril, Lafergs, Ministério da Saúde e o laboratório Cristália, de Itapira (SP), já haviam assinado termos para produzir medicamentos voltados à malária e à leishmaniose.

— Em dois anos e meio, vamos voltar a produzir — diz Simoni. Mas o diretor do Lafergs, Paulo Mayorga, diz que a retomada na produção de medicamentos ainda depende de investimentos de R\$ 25 milhões em maquinário.

cleidi.pereira@zerohora.com.br



ZH revelou ontem problemas e desafios para reabrir órgão